

São Paulo

DATA MERCANTIL

R$ 2,50 | Sábado, 01, Domingo, 02 e Segunda-feira, 03 de junho de 2024 | Edição N º 1039

datamercantil.com.br

Entrega da declaração do Imposto de Renda 2024 ultrapassa 40 milhões

Mais de 40,6 milhões de contribuintes declararam o Imposto de Renda 2024. O prazo para prestar contas acabou às 23h59 da sexta-feira (31). Quem é obrigado a declarar e atrasa paga multa mínima de R$ 165,74.

Às 16h30, o site da Receita Federal registrava a entrega de 40.814.154 declarações do IR. O fisco espera 43 milhões de documentos neste ano.

Dos que declararam, seis em cada dez vão restituir imposto; 20% vão pagar e 18% não têm nem IR a receber nem a quitar. Além disso, quatro em cada dez utilizaram a declaração pré-preenchida e seis em cada dez optaram pelo modelo simplificado.

Apenas nas cidades atingidas pelas chuvas no Rio Grande do Sul é que há prazo maior, até 30 de agosto.

Os computadores da Receita Federal farão uma pausa e não vão receber o IR a partir da meia-noite de sábado (1º). O fisco só voltará a recepcionar os documentos nesta segunda-feira (3). A dica dos especialistas é enviar o IR incompleto para fugir da penalidade. Depois, o contribuinte faz a retificação.

É obrigado a declarar o Imposto de Renda em 2024 o contribuinte que recebeu rendimentos tributáveis acima de R$ 30.639,90 no ano passado, o que dá R$ 2.553,33 por mês. São rendimentos tributáveis salário, aposentadoria e pensão do INSS ou de órgãos públicos, por exemplo. O limite utilizado até 2023 foi R$ 28.559,70.

Há ainda outras regras que obrigam a entrega da declaração, como ter tido isenção no ganho de capital na venda de imóveis ou ter feito vendas na Bolsa de Valores acima de R$ 40 mil.

Neste ano, o fisco elevou os valores que deixa o contribuinte desobrigado de prestar contas, mas incluiu trusts, offshores e atualização de bens no exterior nas normas da declaração.

Também na sexta, a Receita paga o primeiro lote de restituições do Imposto de Renda. Ao todo, são liberados R$ 9,5 bilhões para R$ 5,6 milhões de contribuintes, no maior lote de restituição já pago na história do IR.Para quem ainda não começou a declaração, o primeiro passo é saber se cumpre uma das regras de obrigatoriedade de entrega do documento.



Cristiane Gercina/Folhapress

Economia



China volta a cobrar que Brasil entre na Iniciativa Cinturão e Rota

Página - 03

Receita pagou na sexta o maior lote de restituição do IR da história

Página - 03



Moedas Globais: dólar opera sem sinal único, em sessão marcada por dados de inflação

Pág - 06

Petróleo fecha em baixa, pressionado por indicadores de atividade, e antes de reunião da Opep+

Pág - 07



Política

Alckmin diz que Lula não deve vetar tributação de compras internacionais até US$ 50

Página - 04

Haddad vai se encontrar com o Papa para pedir apoio à taxação de bilionários

Página - 04

No Mundo

Coreia do Norte dispara 18 mísseis sob supervisão de KimJong-un em teste como alerta ao Sul



A Coreia do Norte disse na sexta-feira (31) que havia disparado 18 mísseis balísticos de curto alcance durante um exercício como demonstração de sua disposição para lançar um ataque preventivo contra o "regime de gangsters" da Coreia do Sul, se necessário para contrapor a um ataque.

O ditador norte-coreano, Kim Jong-un, liderou o exercício de disparo dos lançadores de foguetes múltiplos "super-grandes" de 600 mm na quinta-feira (30), segundo a agência de notícias estatal KCNA.

A Coreia do Sul disse ter detectado pelo menos dez mísseis balísticos de curto alcance disparados pela Coreia do Norte ao longo de sua costa leste, chamando-o de uma possível demonstração para potenciais compradores de armas, incluindo a Rússia.

Rússia e Coreia do Norte negaram acordos de armas, que violariam os embargos da ONU (União das Nações Unidas) a Pyongyang, mas prometeram aprofundar a cooperação em todos os setores.

O lançamento, seguindo o disparo de mísseis balísticos táticos e um lançamento fracassado de satélite neste mês, foi um claro ato de provocação que ameaça a paz na península coreana, disse a porta-voz adjunta do ministério da unificação de Seul, Kim In-ae, em uma coletiva de imprensa.

A KCNA disse que as tropas de artilharia atingiram com sucesso o alvo de uma ilha a cerca de 365 km de distância, enquanto Kim Jong-un supervisionava a demonstração no local de lançamento. O local do exercício, porém, não foi identificado.

Fotos publicadas pela mídia estatal mostraram 18 mísseis, identificados por especialistas como KN-25, subindo ao ar a partir de lançadores móveis.

Testado pela primeira vez em 2019, o foguete "super-grande" borra a distinção entre sistemas de lançamento de foguetes múltiplos e mísseis balísticos de curto alcance, de acordo com o Centro de Estudos Internacionais e Estratégicos.

Folhapress

Não entendo por que Brasil está do lado do agressor, diz Zelenski

O presidente da Ucrânia, Volodimir Zelenski, disse na quinta-feira (30) em Kiev, durante entrevista a um grupo de jornalistas da América Latina do qual a Folha de S.Paulo fazia parte, que não consegue entender a posição do governo brasileiro em relação ao conflito com a Rússia.

"Não entendo, não entendo", afirmou. "Diga: por acaso, presidente Lula, por acaso não quer ter essa aliança? Por acaso o Brasil está mais alinhado com a Rússia do que com a Ucrânia? A Rússia nos atacou. O Brasil tem de estar do nosso lado e dar um ultimato ao agressor, em nome do resto do mundo. Uma amizade com alguém que tem uma ideologia e uma visão fascistas não pode trazer benefícios."

De camiseta e calça verde-militar --figurino que transformou em uniforme desde que o seu território foi invadido pelos russos, em fevereiro de 2022--, Zelenski recebeu os jornalistas na Casa das Quimeras, edifício histórico de Kiev situado em frente ao gabinete presidencial. Sereias, rinocerontes e crocodilos de concreto retorcido adornam a fachada da construção art nouveau que rendeu ao seu arquiteto, Wladislaw Horodecki, o apelido de Gaudí polonês.

O encontro com os profissionais de imprensa se dá às vésperas de uma cúpula de paz organizada pela Suíça para a qual foram convidados 160 países. Segundo Zelenski, entre os cerca de 80 líderes que já tinham confirmado presença no evento, a ser realizado em Lucerna nos próximos dias 15 e 16, estariam os presidentes argentino, Javier Milei, e chileno, Gabriel Boric.

Enquanto isso, o Brasil, segundo noticiou a Bloomberg, não pretende enviar representantes de alto escalão ao evento.

Clara Balbi/Folhapress

'Foi só um delito leve', diz Trump após ser condenado por fraude contábil



Condenado por fraude contábil, o ex-presidente dos EUA Donald Trump se defendeu hoje das acusações sob a alegação de que teria cometido "só um delito leve".

"Foi só um delito leve", disse. Trump se justificou dizendo que não houve irregularidade no pagamento ao seu advogado. "Foi uma despesa legal, um pagamento ao meu advogado. E estão chamando de fraude contábil."

A acusação diz que o ex-presidente dos EUA pagou US$ 130 mil à ex-atriz pornô Stormy Daniels. O pagamento seria para que ela silenciasse em relação a um caso extraconjugal, em pagamento supostamente repassado pelo seu advogado Michael Cohen.

Trump começou o discurso chamando o atual governo de "grupo de fascistas". "Se eles podem fazer isso comigo, eles podem fazer com qualquer um", afirmou.

"Foi um julgamento injusto, queremos mudança de juiz." Ele acusou o juiz Juan Merchan, responsável pelo processo, de "crucificar" as testemunhas de defesa ao longo do julgamento.

"Queria ter testemunhado." Donald Trump também se queixou por não ter falado durante o julgamento, mas o ex-presidente não prestou depoimento a pedido dos próprios advogados.

Trump ainda chamou Biden de "desonesto, burro e mais incompetente da história" dos EUA. "Você dá uma olhada na maneira como ele trata a China, a Rússia e tantos outros", disse. "Ele é um perigo muito grande para o nosso país."

"Isso é maior que Trump, é maior que eu, é maior que a minha Presidência", disse Donald Trump, em discurso para apoiadores na Trump Tower.

Nesta quinta-feira (30), após a decisão, Trump disse que o "verdadeiro veredicto será em 5 de novembro pelo povo". Era uma alusão a data das eleições presidenciais do país.

Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.:11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agricolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



China volta a cobrar que Brasil entre na Iniciativa Cinturão e Rota



Em negociações bilaterais nos últimos meses, a China voltou a defender que o Brasil entre na Iniciativa Cinturão e Rota, seu projeto de investimento em infraestrutura mundo afora. Já o governo brasileiro cobra cooperação chinesa em alta tecnologia e numa aliança de combate à fome.Tanto no lado da China como no do Brasil, o que se buscava nas reuniões preparatórias para o encontro da Cosban (Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação), semana que vem em Pequim, eram ações, não mais discursos.

O motivo é que em agosto se completam 50 anos de relações diplomáticas e em novembro o líder Xi Jinping faz uma visita de Estado ao país. É preciso algo concreto, como ouviu a reportagem dos dois lados. Com a Cinturão e Rota, por exemplo, seria viabilizado o corredor ferroviário até os portos do Oceano Pacífico.

O vice-presidente Geraldo Alckmin, que divide com seu equivalente chinês o comando da Cosban, viaja neste sábado para o encontro, junto com o chefe da Casa Civil, Rui Costa, e outros ministros, parando antes na Arábia Saudita. Chega a Pequim na terça, quando inicia os contatos com líderes empresariais. O governo estima cem empresários brasileiros e cem chineses no evento.

Parte da agenda foi tratada na semana passada, também em Pequim, na reunião de três horas do assessor especial da Presidência, Celso Amorim, com Wang Yi, membro da cúpula do Partido Comunista e chanceler da China.

"É natural que o cinquentenário seja marcado por novas iniciativas", diz Amorim, ao ser questionado sobre aderir à Cinturão e Rota. "O que vemos que pode ser positivo é ter uma cooperação em tecnologia avançada, por um lado, e trabalhar nessa aliança contra a fome e a desigualdade. Meu interlocutor concorda."

Ele diz que a parceria estratégica sino-brasileira, "em termos grosseiros, assim, comerciais, é muito boa, mas falta um elemento de ponta, tecnológico". Nelson Sá/Folhapress

Receita pagou na sexta o maior lote de restituição do IR da história

Cerca de 5,6 milhões de contribuintes que entregaram a Declaração do Imposto de Renda Pessoa receberam na sexta-feira (31) o primeiro dos cinco lotes de restituição de 2024. O lote também contempla restituições residuais de anos anteriores e inclui todos os contribuintes do Rio Grande do Sul com direito a receber.

No maior lote de restituição do Imposto de Renda da história, a Receita Federal vai desembolsar R$ 9,5 bilhões a 5.562.065 contribuintes. O pagamento será feito ao longo do dia, na conta ou na chave Pix do tipo CPF informada na declaração do Imposto de Renda.

Todo o valor, informou o Fisco, irá para contribuintes com prioridade no reembolso. Por causa das enchentes no Rio Grande do Sul, neste ano, os contribuintes gaúchos foram incluídos na lista de prioridades.

A maior parte, 2.595.933 contribuintes têm entre 60 e 79 anos. Em seguida, há 1.105.772 contribuintes cuja maior fonte de renda seja o magistério. Em terceiro, vêm 886.260 declarações de contribuintes gaúchos, incluindo exercícios anteriores, totalizando mais de R$ 1 bilhão.

Em quarto lugar, estão 787.747 contribuintes que informaram a chave Pix do tipo Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) na declaração do Imposto de Renda ou usaram a declaração pré-preenchida. Desde o ano passado, a informação da chave Pix dá prioridade no recebimento. O restante dos contribuintes são 258.877 idosos acima de 80 anos e 162.902 contribuintes com alguma deficiência física ou mental ou moléstia grave.

O contribuinte que quiser saber se está incluído no lote pode fazer a consulta na página da Receita Federal na internet. Basta clicar em "Meu Imposto de Renda" e, em seguida, no botão "Consultar a Restituição". Também é possível fazer a consulta no aplicativo da Receita Federal para tablets e smartphones.

Wellton Máximo/ABR



Fundo brasileiro compra rede de supermercados Dia por 'simbólicos' 100 euros



O grupo varejista Dia informou na sexta-feira (31), em um comunicado ao órgão regulador do mercado de ações espanhol, que irá vender seus negócios no Brasil por um "preço simbólico" de 100 euros (cerca de R$ 565) para se concentrar em mercados mais lucrativos, como Espanha e Argentina.

A gestora de ativos brasileira MAM, que pertence ao Banco Master, viabilizou a criação de um fundo para comprar a rede de supermercados no Brasil.

Hoje, são 245 lojas em operação no estado de São Paulo. Segundo a rede, elas continuarão abertas normalmente.

A operação brasileira do Dia está em recuperação judicial desde março, com R$ 1 bilhão em dívidas, a maior parte delas com fornecedores e bancos.

Ao vender o controle da rede, a empresa europeia se comprometeu a transferir 39 milhões de euros (R$ 220 milhões) para sua unidade brasileira antes da venda. A operação fará com que o Dia registre um prejuízo de 101 milhões de euros em seu balanço, disse a companhia.

O Dia anunciou em março que fecharia mais de 300 lojas e três depósitos no Brasil, após resultados negativos no último ano. Na ocasião, o grupo no Brasil informou que continuaria operando suas unidades em São Paulo.

A empresa está vendendo ativos para reduzir sua dívida financeira líquida. No ano passado, o varejista disse que deixaria Portugal, onde tinha cerca de 500 supermercados.

"Desde sua chegada ao Brasil em 2001, o Grupo Dia fez fortes investimentos no país, que não trouxeram o retorno esperado", afirmou a subsidiária brasileira na sexta.

A situação resultou na decisão de focar na Espanha e na Argentina, onde o grupo atualmente possui "posição relevante", conforme nota à imprensa.

Segundo o grupo, suas operações em São Paulo empregam mais de 2.500 trabalhadores. Nelson Sá/Folhapress

Política

Alckmin diz que Lula não deve vetar tributação de compras internacionais até US$ 50



O vice-presidente Geraldo Alckmin disse na sexta-feira (31) que o presidente Lula (PT) não deve vetar a taxa para compras internacionais de até US$ 50 em sites estrangeiros, como Shein, Shopee e Aliexpress, com alíquota de 20%.

A medida consta em projeto de lei que cria o programa automotivo Mover (Mobilidade Verde e Inovação), e deve ser votada na próxima terça-feira (4), no Senado.

Alckmin falou ainda que o governo está negociando com o setor de eletrodomésticos redução de imposto em troca de desconto em produtos da linha branca para o Rio Grande do Sul.

As declarações foram feitas em entrevistas à BandNews TV, na sexta-feira.

Ao comentar sobre o programa Mover, Alckmin criticou os "jabutis" -- termo utilizado para dispositivo sem relação com o texto inicial.

O principal é o da "taxação das blusinhas", como foi apelidado o imposto sobre importados de até US$ 50, até então isentos de tributos federais."Não ouvi do presidente ter falado se veta ou não. Mas meu entendimento é que ele não vetará. Foi aprovado praticamente por unanimidade. Foi um acordo inteligente", disse.

O varejo nacional defendia uma tributação superior, com o apoio tanto do ministro Fernando Haddad (Fazenda) quanto de Alckmin, que também é ministro da Indústria, Comércio e Serviços. O presidente Lula, por sua vez, era contrário à medida e buscou freá-la na Câmara, sem sucesso.

Prevaleceu o acordo negociado entre Lula e Lira de instituir a tributação, mas com um porcentual menor, de 20%. "Acho que atende parcialmente a indústria", afirmou.

O vice-presidente defendeu ainda a retirada de outro polêmico jabuti do projeto do Mover no Senado, uma emenda que exige conteúdo local na exploração de petróleo. O trecho contou com o apoio da liderança do governo e do PT na Câmara, mas enfrenta resistência do setor, que fala em fuga de investidores.

Alckmin evitou falar diretamente sobre o mérito da emenda, mas defendeu que ela seja analisada separadamente, o que uma ala do governo já busca fazer no Congresso.

Marianna Holanda/Folhapress

Reforma tributária deve elevar demanda por contadores, aponta levantamento

A maioria dos contadores brasileiros ouvidos pela consultoria IOB prevê aumento na demanda por seus serviços com a implantação da reforma tributária a partir de 2026.

Levantamento feito a pedido da Folha de S.Paulo mostra que ainda há muitas dúvidas sobre como irá funcionar o novo sistema de tributação do consumo, se haverá ou não simplificação e como ficará a distribuição da carga entre as empresas.

Entre os profissionais e escritórios consultados, 59,5% preveem aumento na procura por esses serviços a partir da implantação da reforma. Para 37%, os preços dos serviços de contabilidade vão subir. Outros 38% avaliam que não deve haver mudança.

Os serviços contábeis estão entre aqueles beneficiados com redução de 30% na alíquota dos novos tributos, de acordo com projeto de lei que regulamenta a reforma entregue ao Congresso pelo Ministério da Fazenda no mês passado. Esse tratamento diferenciado é defendido por 74% dos consultados.

Já a redução dos tributos para outros bens e serviços é vista como injusta pela maioria (55%) dos entrevistados.

Foram ouvidos 331 contadores, das 27 unidades federativas, de 2 de março a 13 de maio, em consulta feita por formulário.

A reforma tributária é vista como negativa por 48% e como positiva por 41%. A maioria (57%) diz que o novo sistema é imprevisível e pouco transparente.

Ainda assim, 54% concordam com a substituição de tributos promovida pelo novo sistema, enquanto 31% dizem ser contra.

Sérgio Approbato, diretor estratégico da IOB, afirma que as respostas refletem o momento de incerteza em relação ao novo modelo, pois há várias questões que ainda estão em discussão no Congresso.

Eduardo Cucolo/Folhapress



Haddad vai se encontrar com o Papa para pedir apoio à taxação de bilionários



Na próxima semana, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, vai a Roma em visita oficial ao Papa Francisco para tentar convencê-lo a apoiar a proposta de taxação de bilionários para financiar projetos relacionados a mudanças climáticas e combate à fome no mundo.

O plano vem sendo defendido pelo Brasil no âmbito do G20 e já ganhou apoio de diversas nações da América do Sul, África e Europa. No entanto, outros países como Estados Unidos, ainda não se convenceram a apoiar o tema.

O plano exigiria que os multimilionários também pagassem impostos no valor de pelo menos 2% da sua riqueza total todos os anos.

Assim, uma manifestação de apoio do Papa Francisco poderia convencer líderes mundiais a se juntar à proposta brasileira.

O modelo, que vem sendo desenhado pela equipe de Haddad em conjunto com a vencedora do prêmio Nobel de Economia Esther Duflo e pelo economista Gabriel Zucman, consiste em criar um sistema tributário internacional ao qual os impostos de grandes corporações teriam uma alíquota de 15%.

Os valores recolhidos seriam direcionados a um fundo social, que também contaria com a tributação de bilionários ao redor do mundo.

A ideia é ter um aporte de US$ 500 bilhões com essas taxações e os valores seriam revertidos para o combate a mudanças climáticas e à pobreza, além do financiamento de projetos voltados ao meio ambiente.

Segundo o Ministério da Fazenda, na audiência com o Papa Francisco, Haddad apresentará os avanços da presidência brasileira do G20, destacando temas prioritários da trilha financeira do agrupamento.

Entre os tópicos em pauta estão a taxação de grandes fortunas, a luta contra a crise climática, com atenção para a tragédia do Rio Grande do Sul, e a crise da dívida dos países do sul global. A audiência também será uma oportunidade para coordenar posições em vista da Cúpula do G7, que ocorrerá na cidade de Fasano entre os dias 13 e 15 de junho.

CNN



Edição impressa produzida pelo Jornal Data Mercantil com circulação diária em bancas e assinantes.
As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site:
https://datamercantil.com.br/publicidade-legal
A autenticação deste documento pode ser conferido através do QR CODE ao lado

Publicidade Legal

BLP – Administração de Bens, Participações e Empreendimentos Ltda.

CNPJ/MF nº 53.452.744/0001-03

Edital de Convocação – Reunião de Sócios

Ficam convocados os senhores quotistas da **BLP – Administração de Bens, Participações e Empreendimentos Ltda.** ("Sociedade"), a participarem da Reunião de Sócios a ser realizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Casa Branca, nº 1.194, 14º andar, Jardim Paulista, CEP 01408-000, em primeira convocação, às 20:00 horas, do dia 06 de junho de 2024, e em segunda convocação, às 20:30 horas, do dia 06 de junho de 2024, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) revogação de procurações outorgadas pela Sociedade; (ii) a alteração do Contrato Social com o objetivo de (a) transferir o endereço da sede da Sociedade; (b) alterar a forma de administração da Sociedade, (c) prever regras de convocação e instalação das reuniões de sócios; e (d) atualizar dispositivos do Contrato Social de forma a adequá-los e atualizá-los aos interesses e necessidades da Sociedade, bem como à legislação vigente aplicável; e (iii) consolidar o Contrato Social. São Paulo, 27 de maio de 2024. **Suzana Sendacz** – Sócia-Administradora; **Joyce Pascowitch** – Sócia-Administradora. (28, 29/05 e 03/06/2024)

Brasil tem 29 siglas, com 7 delas formando atual bloco de grandes partidos do país

Fundo Eleitoral em 2024*
Em R$ milhões

Grandes: MDB 410,4; PSD 427,1; Republicanos 331,9; PL 863; PT/PC do B/PV 700,9; PP 406,7; União Brasil 517,2

Médios: PSB 150,8; PSOL/Rede 164,2; PSDB/Cidadania 220,8; Podemos 249,5; PDT 171,8

Pequenos: Novo 43; PRD 84,5; Solidariedade 90,7; Avante 74,8

Nanicos:

PRTB	9,8
Mobiliza	9,0
Agir	6,9
DC	5,5
PCB	5,3
PMB	5,2
UP	4,6
PSTU	4,0
PCO	3,6

Formam federação partidária, com obrigação de atuação conjunta até 2026

Cores dos partidos e federações**
← Mais à esquerda — Mais à direita →

Deputados federais: PL 95; União Brasil 58; PP 50; MDB 44; PSD 44; PT/PC do B/PV 80; Republicanos 43; PDT 18; PSB 14; PSDB/Cidadania 17; Podemos 15; PSB 14; PSOL/Rede 14; Avante 7; Solidariedade 5; PRD 5; Novo 3

Senadores: PSD 15; MDB 11; PT/PC do B/PV 8; União Brasil 7; PP 6; PL 13; PSB 4; Republicanos 4; Podemos 7; PDT 3; PSDB/Cidadania 1

Governadores: União Brasil 4; PSDB/Cidadania 3; PSB 3; PT/PC do B/PV 4; PP 2; PSD 2; PL 2; Republicanos 2; MDB 3; Novo 1; Solidariedade 1

Prefeitos eleitos em 2020: MDB 784; PSD 659; União Brasil 554; PP 685; PL 343; PDT 314; PRD 261; Podemos 219; PSDB/Cidadania 659; PSB 252; PT/PC do B/PV 276; Republicanos 211; Solidariedade 135; Avante 81; Mobiliza 13; PSOL/Rede 10; PRTB 6; Novo 1; Agir 1; PMB 1; DC 1

Prefeitos eleitos nas cidades com mais de 200 mil eleitores: PSDB/Cidadania 19; PSD 10; União Brasil 10; Podemos 8; PP 7; MDB 16; PT/PC do B/PV 4; PSB 4; PDT 4; Republicanos 3; Solidariedade 3; PL 2; Avante 2; PRD 1; PSOL/Rede 1; Novo 1

Vereadores eleitos em 2020: MDB 7.349; PSD 5.698; União Brasil 5.548; PP 6.378; PT/PC do B/PV 4.181; PL 3.463; PDT 3.431; Podemos 3.252; PSB 3.012; PSDB/Cidadania 5.981; PRD 3.189; Republicanos 2.575; Solidariedade 2.121; Avante 1.044; PRTB 216; DC 215; Mobiliza 199; PSOL/Rede 149; PMB 46; Novo 29

Deputados estaduais eleitos em 2022: PT/PC do B/PV 156; MDB 94; PP 86; PSD 79; Republicanos 76; PL 128; PSDB/Cidadania 74; Podemos 48; PDT 44; União Brasil 99; PSB 54; Solidariedade 29; PSOL/Rede 28; PRD 25; Avante 14; PRTB 6; Mobiliza 5; Novo 5; Agir 5; PMB 3; DC 1

* Projeção feita pela Fundação 1º de Maio, do partido Solidariedade; o valor oficial ainda será divulgado pelo Tribunal Superior Eleitoral

** As posições dos partidos foram calculadas a partir de sete quesitos: votação dos deputados da legenda na Câmara, coligações, autodeclaração dos congressistas, frentes parlamentares, opinião de especialistas, migração partidária e posicionamento no GPS Ideológico da **Folha**. O PRD (Partido da Renovação Democrática) ainda não teve sua posição ideológica calculada pelo DeltaFolha

Soares Penido Concessões S.A.

CNPJ/MF nº 10.291.050/0001-29 - NIRE 35.300.360.621

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária Realizada em 30 de abril de 2024

Data/hora/local: em 30/04/2024, 10hs, em São Paulo/SP. **Mesa**: Presidente: Ana Maria Marcondes Penido Sant´Anna; Secretário: Edmar Briguelli. **Presença e Convocação**: Acionistas representando a totalidade do capital social, ficando, portanto, dispensadas as formalidades de convocação. **Deliberações aprovadas**: **1.** aprovada a lavratura da ata em forma de sumária; **2.** em AGO: **(i)** aprovada as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023, publicadas no jornal Empresa Jornalística Data Mercantil Ltda. em suas edições de 25/04/2024. **(ii)** aprovada a destinação integral do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2023, no valor total de R$ 173.785.845,48, sendo: **(a)** R$ 8.689.292,27, correspondente a 5% do lucro líquido do exercício encerrado em 31/12/2023, atribuídos à conta de Reserva Legal; **(b)** R$ 41.274.138,30, correspondentes a 25% do lucro líquido do exercício encerrado em 31/12/2023, após a dedução da parcela correspondente à reserva legal, para distribuição de dividendos obrigatórios aos acionistas, na proporção de suas respectivas participações no capital social da Companhia, devendo o pagamento ser feito na forma e de acordo com a disponibilidade financeira da Companhia; e **(c)** R$ 13.697.000,00 a título de dividendos Adicional Proposto aos acionistas, na proporção de suas respectivas participações no capital social da Companhia, devendo o pagamento ser feito na forma e de acordo a disponibilidade financeira da Companhia; e **(d)** R$ 110.125.414,91 à conta de "Reserva de Lucros - Retenção de Lucros". **(iii)** aprovada a reeleição da Sra. **Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna**, brasileira, divorciada, administradora de empresas, para o cargo de **Diretora Presidente**; e dos Srs. **Ana Penido Sant'Anna**, brasileira, casada, administradora de empresas e **Eduardo Penido Sant'Anna**, brasileiro, casado, administrador de empresas para os cargos de **Diretores sem designação específica**, sendo todos reeleitos para um mandato de 3 anos, o qual se encerrará em 30/04/2027; Os Diretores ora eleitos declaram sob a pena da Lei, não estares incursos em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que o impeça de exercer atividades mercantis. . **3.** em AGE: **(i)** aprovada a alteração da denominação social da Companhia de" **Soares Penido Concessões S.A."** para "**Opper Investimentos S.A.**"; **(ii)** Nova redação do Estatuto Social: "***Artigo 1°** - A **Opper Investimentos S.A.** é uma sociedade anônima com sede e foro em São Paulo/SP, Av. Nove de Julho, nº 4.939, 14º andar, conjuntos 143 e 144, Escritórios Europa, Torre B, Jardim Paulista, CEP 01407-200, regida por este Estatuto e pelas disposições legais aplicáveis. **§Único** - Por deliberação da Diretoria, a Sociedade poderá criar ou suprimir sucursais, filiais, agências ou escritórios em qualquer parte do território nacional ou no exterior."* **(iii)** consignar que o capital social da Companhia está totalmente integralizado; **(iv)** aprovar a proposta para o aumento do capital social da Companhia, em R$ 450.000.000,00, mediante a capitalização de parcela do saldo da conta contábil "dividendos a pagar" no valor de R$ 350.000.000,00 e da conta contábil "Reserva de Lucros – Retenção de Lucros" no valor de R$ 100.000.000,00, conforme consta do Balanço Patrimonial da Companhia de 31/12/2023, o qual será efetivado sem a emissão de novas ações; **(v)** consignar, em face da deliberação acima, que o capital social da Companhia passará de R$ 655.000.000,00, representado por 268.373.457 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para R$ 1.105.000.000,00, representado por 268.373.457 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; **(vi)** Nova redação do Estatuto Social: ***"Artigo 4º -** O capital social é de R$1.105.000.000,00, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional e bens, dividido em 268.373.457* ações ord*inárias, nominativas e sem valor nominal."* **(vii)** aprovar a alteração do valor limite mensal de alçada para a prática de atos pelos Diretores sem designação específica, que passará de até R$ 100.000,00 mensais, para até R$ 300.000,00 mensais. **(viii)** Nova redação do Estatuto Social: ***§3º -** Os Diretores sem designação específica poderão representar a Companhia para prática de atos e obrigações em uma única operação ou uma série de operações consecutivas de mesma natureza, com valor de até R$ 300.000,00 mensais, sendo vedada a prática de atos que importem na alienação de ativos, de bens imóveis, de bens do ativo permanente, contratação de empréstimos e financiamentos, constituição de gravames sobre ativos da Companhia e/ou a representação dos interesses da Companhia na sociedade controlada CCR S.A. No caso de afastamento temporário do Diretor Presidente, por prazo superior a 90 dias, os Diretores sem designação específica poderão representar a Companhia, em conjunto, para a prática de atos dispostos nesse §até o montante de R$ 300.000,00 mensais, sendo vedada a prática de atos que importem na alienação de ativos, de bens imóveis, de bens do ativo permanente, contratação de empréstimos e financiamentos, constituição de gravames sobre ativos da Companhia e/ou a representação dos interesses da Companhia na sociedade controlada CCR S.A. Ocorrendo o afastamento temporário do Diretor Presidente por mais de 180 dias, a representação da Companhia será efetuada pela assinatura em conjunto de 2 Diretores sem designação específica, sem limitação de valores, podendo inclusive representarem os interesses da Companhia na sociedade controlada CCR, sendo, entretanto, vedada a alienação, constituição de gravames ou qualquer outra obrigação sobre as ações de titularidade da Companhia na sociedade controlada CCR. Ocorrendo ausência judicialmente declarada, falecimento ou incapacidade absoluta do Diretor Presidente, a Companhia será representada pela assinatura em conjunto de 2 Diretores sem designação específica, sem qualquer limitação de valores ou poderes, podendo inclusive representarem os interesses da Companhia na sociedade controlada CCR.* **(ix)** autorizar os Diretores a tomar todas as providências necessárias para formalização das deliberações acima; e **(x)** aprovada a nova redação do estatuto social da Companhia. Nada mais. São Paulo, 30/04/2024. JUCESP nº 203.486/24-9 em 16/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Estatuto Social. Capítulo I. Da denominação, objeto, sede e duração. Artigo 1º - A **Opper Investimentos S.A.** é uma sociedade anônima com sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Nove de Julho, nº 4.939, 14º andar, conjuntos 143 e 144, Escritórios Europa, Torre B, Jardim Paulista, CEP 01407-200, regida por este Estatuto e pelas disposições legais aplicáveis. **§Único –** Por deliberação da Diretoria, a Sociedade poderá criar ou suprimir sucursais, filiais, agências ou escritórios em qualquer parte do território nacional ou no exterior. **Artigo 2º -** A Sociedade tem por objeto social: (i) a participação em sociedades que explorem, direta ou indireta, negócios de concessão de obras e serviços públicos, especificamente a prestação de serviços de execução, gestão e fiscalização de atividades relacionadas à operação, conservação, melhoramento, ampliação e recuperação de rodovias ou estradas de rodagem, vias urbanas, pontes, túneis infraestruturas metroviárias e aeroportuárias e negócios afins; e (ii) a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista. **Artigo 3º -** O prazo de duração da Sociedade é indeterminado. **Capítulo II. Do capital, ações e acionistas. Artigo 4º -** O capital social é de R$1.105.000.000,00, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional e bens, dividido em 268.373.457 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **§1º -** A cada ação ordinária corresponderá um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **§2º -** A sociedade poderá aumentar o capital social, mediante a emissão de ações ordinárias ou preferenciais, respeitado o limite estabelecido na legislação vigente. **Artigo 5º -** Os acionistas, ressalvados os casos previstos em lei, terão direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, 25% do lucro líquido respectivo. No pagamento do dividendo obrigatório será respeitada a prioridade das ações preferenciais, se a sociedade tiver ações preferenciais emitidas. **Capítulo III. Da assembleia geral. Artigo 6º -** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente até o dia 30 de abril de cada ano, para fins previstos em lei, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim exijam, observadas as disposições legais aplicáveis. **§Único -** A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Diretor Presidente, que escolherá, entre os presentes, o secretário. **Artigo 7º -** Somente poderão tomar parte na Assembleia Geral os acionistas cujas ações estejam inscritas em seu nome no livro próprio até 3 dias antes da data da Assembleia Geral. **§Único -** Os acionistas poderão ser representados na Assembleia Geral por procurador, na forma da lei, desde que a respectiva procuração seja depositada na sede da Sociedade até 3 dias antes da data da Assembleia Geral. **Artigo 8º -** À Assembleia Geral Ordinária competirá: **(a)** tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; **(b)** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; **(c)** eleger os membros da Diretoria; **(d)** eleger os membros do Conselho Fiscal, quando for o caso; e **(e)** fixar a verba global destinada à remuneração dos administradores no exercício em curso. **§Único -** Além das demais atribuições previstas na Lei e neste Estatuto, caberá à Assembleia Geral de Acionistas, através de proposta encaminhada pela Diretoria, a escolha e a destituição dos auditores independentes da Sociedade. **Capítulo IV. Da administração. Artigo 9º -** A Sociedade será administrada por uma Diretoria com plenos poderes, de conformidade com as especificações dos Estatutos Sociais, competindo-lhe a prática de todos os atos necessários ao regular funcionamento da Sociedade, desde que não sejam da competência privada da Assembleia Geral, cabendo fazer cumprir a Lei, o Estatuto e as determinações da Assembleia Geral. **Artigo 10** - A Diretoria compor-se-á de 3 membros, sendo 1 Diretor Presidente e 2 Diretores sem designação específica. **§1º -** Os diretores serão todos residentes no País, eleitos pela Assembleia Geral, com prazo de mandato de 3 anos, permitida a reeleição. O prazo de gestão estender-se-á até a investidura dos novos eleitos. **§2º** – No caso de ausência decretada judicialmente ou impedimento temporário de um dos Diretores sem designação específica, por prazo superior a 60 dias, suas funções serão exercidas cumulativamente pelo outro Diretor sem designação específica até que novo Diretor seja nomeado. **§3º** - Os cargos da Diretoria somente poderão ser exercidos pelos acionistas da Companhia ou pessoas que possuam reputação ilibada, conhecimento técnico necessário ao desempenho de suas funções e que não sejam cônjuge ou parentes de qualquer grau de quaisquer dos acionistas da Companhia, com exceção dos filhos da acionista Sra. Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna. **Artigo 11 -** Compete à Diretoria, além das atribuições previstas em Lei: **(a)** Administrar os negócios da Sociedade, nos limites de suas atribuições e poderes, contratar, transigir, ceder, sub-rogar direitos, contrair obrigações, levantar empréstimos, emitir títulos cambiais, endossar e aceitar duplicatas, notas promissórias e ordens de pagamentos, descontar e caucionar títulos e transferi-los para estabelecimentos bancários, movimentar as contas bancárias da sociedade, assinar e endossar cheques, receber e dar quitações, podendo, em geral, praticar de forma ampla, todos os poderes e atos que a Lei e o Estatuto não reservarem à Assembleia Geral; **(b)** Constituir procuradores ou mandatários com poderes "ad-judicia" ou "ad-negotia" para agirem em nome da sociedade, isoladamente ou em conjunto com qualquer membro da Diretoria; **(c)** Deliberar sobre a abertura e encerramento de sucursais, filiais, agências ou escritórios em qualquer parte do território nacional ou no exterior; **(d)** Declarar dividendos intermediários, conforme o disposto no "caput" e §1º do Artigo 19 deste Estatuto; e **(e)** Deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio, conforme o disposto no §2º do Artigo 19 deste Estatuto. **§1º -** Compete privativamente e isoladamente ao Diretor Presidente a representação da Companhia em atos societários relacionados à sociedade controlada **CCR S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Chedid Jafet, n.º 222, Bloco B, 5º andar, Vila Olímpia, inscrita no NIRE 35.300.158.334 e no CNPJ sob n.º 02.846.056/0001-97 ("**CCR**") e/ou quaisquer atos relacionados ao Acordo de Acionistas da CCR ("**Acordo CCR**"), perante os demais acionistas partes de tal acordo. Ocorrendo afastamento temporário ou ausência judicialmente declarada, falecimento ou incapacidade absoluta do Diretor Presidente, observar-se-á o disposto no §3º abaixo. **§2º -** Com exceção do mencionado no §1º deste artigo, a prática de todo e qualquer ato do qual deflua responsabilidade para a Companhia, sob pena de não produzir efeitos contra a Companhia, deverá ser realizada: (i) pelo Diretor Presidente, isoladamente; ou (ii) por 2 Diretores sem designação específica, agindo sempre em conjunto e observando-se o limite de valores e atribuições definidos neste Estatuto Social. **§3º -** Os Diretores sem designação específica poderão representar a Companhia para prática de atos e obrigações em uma única operação ou uma série de operações consecutivas de mesma natureza, com valor de até R$ 300.000,00 mensais, sendo vedada a prática de atos que importem na alienação de ativos, de bens imóveis, de bens do ativo permanente, contratação de empréstimos e financiamentos, constituição de gravames sobre ativos da Companhia e/ou a representação dos interesses da Companhia na sociedade controlada CCR S.A. No caso de afastamento temporário do Diretor Presidente, por prazo superior a 90 dias, os Diretores sem designação específica poderão representar a Companhia, em conjunto, para a prática de atos dispostos nesse §até o montante de R$ 300.000,00 mensais, sendo vedada a prática de atos que importem na alienação de ativos, de bens imóveis, de bens do ativo permanente, contratação de empréstimos e financiamentos, constituição de gravames sobre ativos da Companhia e/ou a representação dos interesses da Companhia na sociedade controlada CCR S.A. Ocorrendo o afastamento temporário do Diretor Presidente por mais de 180 dias, a representação da Companhia será efetuada pela assinatura em conjunto de 2 Diretores sem designação específica, sem limitação de valores, podendo inclusive representarem os interesses da Companhia na sociedade controlada CCR, sendo, entretanto, vedada a alienação, constituição de gravames ou qualquer outra obrigação sobre as ações de titularidade da Companhia na sociedade controlada CCR. Ocorrendo ausência judicialmente declarada, falecimento ou incapacidade absoluta do Diretor Presidente, a Companhia será representada pela assinatura em conjunto de 2 Diretores sem designação específica, sem qualquer limitação de valores ou poderes, podendo inclusive representarem os interesses da Companhia na sociedade controlada CCR. **§4º** - Nenhum membro da Diretoria, isolado ou conjuntamente, poderá fazer uso do nome da sociedade em negócios estranhos aos fins, bem como em fianças, avais ou outras garantias a favor ou em benefício próprio ou de terceiros. **Artigo 12 -** Além das demais atribuições previstas na Lei e neste Estatuto Social, competirá ao Diretor Presidente: **(a)** Representar a Sociedade, ativa e passivamente, em juízo, especialmente para receber citação inicial, podendo, para esse fim, constituir procuradores com poderes específicos; **(b)** Convocar e presidir as reuniões da Diretoria, bem como coordenar e supervisionar os trabalhos desta; **(c)** Cumprir e fazer cumprir este Estatuto e as deliberações da Assembleia Geral; **(d)** Convocar a Assembleia Geral nos termos da Lei. **§Único –** Aos Diretores sem designação específica competem auxiliar o Diretor Presidente no exercício dessas atribuições. **Artigo 13 -** A Sociedade, representada na conformidade do artigo 11, §2º, item (i) deste Estatuto e observadas as disposições legais e estatutárias aplicáveis, especialmente as limitações previstas no §3º do artigo 11 desse Estatuto Social, poderá constituir mandatário objetivando a prática dos atos e operações expressamente previstos, determinados e especificados no respectivo instrumento de procuração, excetuados expressamente os atos jurídicos mencionados nos Parágrafos 1º e 4º do artigo 11 deste Estatuto. **§1º** - Todas as procurações outorgadas pela Companhia serão assinadas isoladamente pelo Diretor Presidente ou no caso de afastamento temporário acima de 180 dias, ausência judicialmente declarada, falecimento e incapacidade absoluta do Diretor Presidente, pela assinatura em conjunto de 2 Diretores sem designação específica. À exceção das procurações outorgadas com poderes "*ad judicia*", todas as outras terão prazo de vigência determinado, que não poderá ultrapassar o do exercício social em que forem outorgadas. Excepcionalmente, o mandato outorgado no último trimestre do exercício social poderá ter seu prazo de duração validado até o último dia do exercício social subsequente. **§2º -** Os procuradores da Sociedade agirão: (a) Em conjunto com um Diretor, como regra geral, observadas as limitações dispostas neste Estatuto Social; (b) Isoladamente, quando essa condição vier expressamente consignada no instrumento de mandato. **Artigo 14 –** A remuneração da Diretoria e sua eventual participação nos lucros da Companhia serão fixadas pela Assembleia Geral de acionistas. **Capítulo V. Do conselho fiscal. Artigo 15 -** A Sociedade terá um Conselho Fiscal, composto por 03 membros efetivos, que funcionará somente nos exercícios em que for instalado pela Assembleia Geral, a pedido dos acionistas. **Capítulo VI. Do exercício social, balanço, lucros e sua aplicação. Artigo 16 -** O exercício social se encerrará em 31 de dezembro de cada ano. **Artigo 17 -** Encerrado o exercício social, será levantado o balanço respectivo, com observância das disposições legais e estatutárias aplicáveis, para verificar os resultados do período. **Artigo 18 -** Do lucro líquido verificado será deduzida: **(a)** uma parcela de 5% desse lucro líquido, destinada à constituição da reserva legal, observado o limite estabelecido em lei; **(b)** uma parcela destinada à constituição de reservas para contingências, na forma da lei; e **(c)** uma parcela destinada ao dividendo obrigatório a que os acionistas, na forma do art. 5º deste Estatuto, têm direito. **§Único -** O saldo do lucro líquido ficará à disposição da Assembleia Geral que, observadas as disposições legais aplicáveis, deliberará sobre a sua destinação. **Artigo 19 -** A Sociedade poderá levantar balanços semestrais ou, ainda, correspondentes a períodos menores, e declarar, por deliberação da Diretoria, dividendos à conta do lucro apurado nesses balanços, observadas as disposições legais aplicáveis. **§1º -** A Diretoria poderá, também, declarar dividendos à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual. **§2º -** Por deliberação da Diretoria poderão ser pagos juros sobre o capital próprio, imputando-se o valor dos juros pagos ou creditados ao valor do dividendo obrigatório, com base no art. 9º, § 7º, da Lei 9249, de 26.12.95. **Capítulo VII. Da liquidação. Artigo 20 -** A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral determinar o modo de efetuá-la e nomear o liquidante. **Capítulo VIII. Das disposições finais. Artigo 21 -** É expressamente vedado o uso do nome da Sociedade para a outorga de fiança ou aval de favor. **Artigo 22 -** A Assembleia Geral, através de deliberação tomada por maioria absoluta de votos, poderá decidir acerca de fusão, transformação, incorporação, cisão, reorganização societária ou qualquer outro tipo de associação envolvendo a Companhia. **Artigo 23 -** Os casos omissos neste Estatuto serão regulados pela lei das Sociedades Anônimas e demais normas legislativas pertinentes. São Paulo, 30/04/2024.

Publicidade Legal

RICLAN

Riclan S.A.

CNPJ/MF nº 56.370.364/0001-18

Aviso – Demonstrações Contábeis Resumidas em atendimento ao Parecer de Orientação CVM nº 39, de 20 de dezembro de 2021

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão.
As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

Balanço Acumulado até 31 de dezembro de 2023 *(Em Reais)*

Ativo	2023	2022
Circulante	**241.831.046,06**	**213.097.594,35**
Disponibilidades	**6.209.043,74**	**6.296.135,32**
Caixa e Bancos	67.588,61	97.747,51
Aplicações Financeiras	6.141.455,13	6.198.387,81
Créditos Mercantis	**105.275.785,40**	**111.269.417,27**
Clientes	107.180.038,60	113.550.271,28
(-) Cambiais Entregues	(1.904.253,20)	(2.280.854,01)
Outros Créditos	**130.236.271,50**	**95.440.321,39**
Estoques de Mercadorias	78.441.324,64	67.907.519,36
Impostos Antecipados	12.982.701,08	17.607.943,26
Adiantamento a Fornecedores	14.574.960,23	1.647.216,33
Crédito com Funcionários	1.559.896,83	1.614.398,78
Adiantamentos Imp/Exp	1.344.287,21	862.235,36
Crédito de Impostos a Recuperar	21.333.101,51	5.801.008,30
Despesas Antecipadas	**109.945,42**	**91.720,37**
Despesas Antecipadas	109.945,42	91.720,37
Não Circulante	**104.942.196,67**	**127.943.351,59**
Realiz. a Longo Prazo	**373.304,34**	**22.224.233,49**
Depósitos Judiciais	373.304,34	310.352,52
Créditos de Impostos a Recuperar	–	21.913.880,97
Investimentos	**485.860,28**	**485.860,28**
Imobilizado	**245.149.984,67**	**237.719.444,13**
(-) Depr.Acumulada	**(141.813.244,94)**	**(133.322.667,60)**
Intangível	**5.097.695,71**	**4.845.294,06**
(-) Amortizações Acumulada	**(4.351.403,39)**	**(4.008.812,77)**
Total do Ativo	**346.773.242,73**	**341.040.945,94**

Passivo	2023	2022
Circulante	**114.444.000,71**	**130.215.035,04**
Fornecedores Inter. e Externos	35.358.034,74	35.563.785,00
Fornecedores Serviços	–	–
Outras Exigibilidades	**79.085.965,97**	**94.651.250,04**
Empréstimos e Financiamentos	47.198.790,66	56.714.331,05
Obrigações Fiscais a Recolher	3.075.418,68	5.959.371,62
Obrigações Sociais/Trabalhistas a Pagar	3.296.481,99	4.051.366,59
Provisões Férias e 13º Sal.+Encargos	8.963.930,28	8.283.832,52
Provisões Fretes/Seguros/Diversas	1.053.131,85	1.535.575,83
Recebimentos Antecipados	1.185.877,17	5.144.789,84
Leasing a Pagar a Curto Prazo	–	–
Parcelamento de Impostos	13.821.729,71	12.554.887,30
Outras Contas a Pagar	490.605,63	407.095,29
Não Circulante	**37.198.020,55**	**46.859.446,24**
Exig. Longo Prazo	**37.198.020,55**	**46.859.446,24**
Parcelamento de Impostos	37.198.020,55	46.859.446,24
Leasing a Pagar a Longo Prazo	–	–
Patrimônio Líquido	**195.131.221,47**	**163.966.464,66**
Capital Social	17.100.000,00	17.100.000,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial	35.271.169,31	35.858.776,73
Reserva de lucro	**142.760.052,16**	**111.007.687,93**
Reserva Legal	7.244.586,40	5.686.348,56
Retenção de Lucros	135.515.465,76	105.321.339,37
Reserva Lucros Não Distribuidos	–	–
Total do Passivo	**346.773.242,73**	**341.040.945,94**

Demonstração das Mutações do Patrimonio Líquido em 31 de dezembro de 2023 *(Em Reais)*

	Capital Social Integralizado	Ajustes Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucros – Reserva Legal	Reservas de Lucros – Retenção de Lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldo Final em 31/12/2021	**17.100.000,00**	**36.559.782,31**	**5.686.348,56**	**114.337.831,18**	**–**	**173.683.962,05**
Prejuizo Líquido Exercício de 2022	–	–	–	–	(9.717.497,39)	–
Resultado Abrangente Total 2022	–	–	–	–	–	**(9.717.497,39)**
Realização da Reserva	–	(701.005,58)	–	–	701.005,58	–
Custo atribuído – Instalações	–	(2.633,22)	–	–	2.633,22	–
Custo atribuído – Edificações	–	(245.878,08)	–	–	245.878,08	–
Custo atribuído – Máquinas	–	(452.494,28)	–	–	452.494,28	–
Destinação do Lucro						
Transf. para Retenção de Lucro	–	–	–	(9.016.491,81)	9.016.491,81	–
Ajuste Exercícios Anteriores				**–**		**–**
Saldo Final em 31/12/2022	**17.100.000,00**	**35.858.776,73**	**5.686.348,56**	**105.321.339,37**	**–**	**163.966.464,66**
Prejuizo Líquido Exercício de 2023	–	–	–	–	31.164.756,81	–
Resultado Abrangente Total 2023	–	–	–	–	–	**31.164.756,81**
Realização da Reserva	–	(587.607,42)	–	–	587.607,42	–
Custo atribuído – Edificações	–	(245.878,08)	–	–	245.878,08	–
Custo atribuído – Máquinas	–	(341.729,34)	–	–	341.729,34	–
Destinação do Lucro	–	–	–	–	–	–
Transf. Lucro Exerc. 2023 para Reserva Legal	–	–	1.558.237,84	–	(1.558.237,84)	–
Transf. para Retenção de Lucro	–	–	–	–	(30.194.126,39)	–
Ajuste Exercícios Anteriores	–	–	–	–	–	**–**
Saldo Final em 31/12/2023	**17.100.000,00**	**35.271.169,31**	**7.244.586,40**	**105.321.339,37**	**–**	**195.131.221,47**

Demonstração do Fluxo de Caixa em 31 de dezembro de 2021 *(Em Reais)*

DFC – Método Indireto	2023	2022
1 – Atividades Operacionais		
A) Resultado Líquido Ajustado:		
(+) Lucro/Prejuízo do Exercício	31.164.756,81	(9.717.497,39)
(+) Depreciação	8.754.603,11	8.381.710,15
(+) Residual Ref. Baixas do Ativo Permanente	96.034,61	131.418,22
(+) Amortização	342.590,62	342.799,20
(-) Impostos Diferidos	–	(7.489.668,38)
(=) Lucro Líquido Ajustado	**40.357.985,15**	**(8.351.238,20)**
B) (Acréscimo)/Decréscimo do Ativo Circulante		
Contas a Receber	6.370.232,68	(46.924.592,64)
Cambiais Entregues	(376.600,81)	441.070,56
Estoques	(10.533.805,28)	(6.949.337,53)
Impostos Antecipados	4.625.242,18	389.324,61
Adiantamento Fornecedores	(12.927.743,90)	(544.468,09)
Adiantamento Empregados	54.501,95	(812.159,79)
Adiantamento Importações	(482.051,85)	60.453,88
Impostos a Recuperar	(15.532.093,21)	44.103.689,98
Despesas Exercícios Seguintes	(18.225,05)	(20.536,83)
Depósitos Judiciais Longo Prazo	21.850.929,15	(22.118.836,79)
(=) Total (Acréscimo)/Decréscimo do Ativo Circulante	**(6.969.614,14)**	**(32.375.392,64)**
C) Acréscimo/(Decréscimo) do Passivo Circulante		
Fornecedores	(205.750,26)	6.163.407,36
Outras Exigibilidades	(7.400.096,43)	12.563.586,80
Outras Contas a Pagar	83.510,34	125.187,62
(=) Total Acréscimo/(Decréscimo) do Passivo Ciculante	**(7.522.336,35)**	**18.852.181,78**
Total das Atividades Operacionais	**25.866.034,66**	**(21.874.449,06)**
2 – Atividades de Investimentos		
(-) Novos Imobilizados	(7.790.600,92)	(6.442.093,99)
(-) Novos Intangíveis	(252.401,65)	(317.092,20)
Total das Atividades de Investimentos	**(8.043.002,57)**	**(6.759.186,19)**
3 – Atividades de Financiamentos		
(+) Novos empréstimos	47.198.790,66	56.714.331,05
(+) Novos Parcelamentos	51.019.750,26	59.414.333,54
(-) Pagamento de financiamentos/parcela do balanço	(116.128.664,59)	(89.321.608,33)
(=) Total das Atividades de Financiamentos	**(17.910.123,67)**	**26.807.056,26**
Aumento Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa (1+2+3)	**(87.091,58)**	**(1.826.578,99)**
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	**6.296.135,32**	**8.122.714,31**
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	**6.209.043,74**	**6.296.135,32**

Demonstração do Resultado Acumulado 31 de dezembro de 2023 *(Em reais)*

	2023	2022
(+) Receitas Operacionais Bruta	**723.404.375,93**	**670.112.418,26**
Vendas Mercado Nacional	583.715.523,86	547.558.867,36
Vendas Mercado Exterior	156.629.169,55	139.563.115,04
(-) IPI sobre Vendas	(15.677.731,00)	(16.089.264,57)
(-) ICMS-ST sobre Vendas	(1.262.586,48)	(920.299,57)
(-) Deduções da Receita Bruta	**(115.030.011,96)**	**(106.887.230,03)**
(-) Impostos Incidentes	**(112.799.102,85)**	**(103.851.857,33)**
ICMS sobre Venda	(68.427.241,08)	(62.328.219,88)
Pis sobre Venda	(7.914.982,88)	(7.406.931,02)
Cofins sobre Venda	(36.456.878,89)	(34.116.706,43)
(-) Devoluções e Cancelamentos	**(2.230.909,11)**	**(3.035.372,70)**
(=) Receitas Operacionais Liquida	**608.374.363,97**	**563.225.188,23**
(-) Custo dos Produtos Vendidos	**(427.743.926,14)**	**(412.277.684,59)**
(=) Lucro Bruto	**180.630.437,83**	**150.947.503,64**
(-) Despesas Operacionais	**(142.211.313,60)**	**(141.333.902,63)**
Despesas Comerciais	**(83.110.624,08)**	**(78.091.601,64)**
Outras Despesas Comerciais	(36.887.358,82)	(37.551.904,76)
Logisticas e Entregas	(46.223.265,26)	(40.539.696,88)
Despesas Administrativas	**(59.100.689,52)**	**(63.242.300,99)**
Salarios/Despesas com Pessoal	(39.143.399,95)	(36.053.104,12)
Manutenção e Conservação	(1.603.285,47)	(1.390.978,96)
Serviços	(11.883.749,66)	(9.264.635,89)
Outras Despesas	(3.744.557,41)	(3.620.438,55)
Despesas Com Depreciação	(314.867,70)	(239.062,63)
Despesas Com Amortização	(342.590,62)	(342.870,20)
Impostos e Taxas	(2.090.829,43)	(1.408.992,70)
Despesas Não Dedutíveis	22.590,72	(531.316,00)
Outras Despesas Operacionais	–	(10.390.901,94)
(+) Outras Receitas e Despesas	**21.120.248,54**	**1.200.441,58**
Receitas Eventuais/Recuperação	21.214.879,15	1.329.503,60
Receita Venda Ativo Imobilizado	1.404,00	2.356,20
(-) Custo Venda Ativo Imobilizado	(96.034,61)	(131.418,22)
(=) Resultado Operacional Antes Financeiros (Ebit)	**59.539.372,77**	**10.814.042,59**
(=) Lucro Operac. Antes dos Impostos, Depreciação e Amortização (EBITDA)	60.196.831,09	11.395.975,42
(=) Resultado Financeiro	**(12.263.267,56)**	**(24.719.854,25)**
Receitas Financeira	28.535.036,87	21.626.913,10
Despesas Financeira	(40.798.304,43)	(46.346.767,35)
(=) Resultado Operacional Antes IRPJ e CSLL	**47.276.105,21**	**(13.905.811,66)**
(-) Provisão do Imposto de Renda	(11.786.805,94)	(2.413.319,98)
Provisão do Imposto de Renda Diferido	–	5.507.109,10
(-) Provisão da Contrib. Social	(4.324.542,46)	(888.034,13)
Provisão da Contrib. Social Diferido	–	1.982.559,28
(=) Lucro Liquido do Exercício	**31.164.756,81**	**(9.717.497,39)**
Lucro Liquido por Ações	0,48	(0,15)

Mario Schraider Junior – Diretor Presidente
Oswaldo Grisotto Junior – Diretor
Ivan de Souza Schraider – Acionista
Marina Schraider Letizio – Acionista
Marcelo Salvador Grisotto – Acionista
Daniela Schraider Mochny – Acionista
Sigrisch Participações S.A. – Acionista
Cesar da Silva Luiz – Contador – CRC 1SP 241.932/O-1

Relatório Auditores Independentes

As Demonstrações contábeis da empresa RICLAN S/A, referente exercício 2023, foram examinadas pelo Auditor Eduardo Rodrigues, CPF sob nº 123.317.298-08, Auditor Independente, sob registro CVM nº 12.637, que emitiram relatório sem modificação na opinião com a de 18/03/2024.



Moedas Globais: dólar opera sem sinal único, em sessão marcada por dados de inflação



O dólar operou sem sinal único ante rivais na sexta, 31, em uma sessão marcada pela divulgação de dados de inflação em importantes economias. O euro ganhou força após a publicação do avanço no índice de preços ao consumidor (CPI, na sigla em inglês), o que impulsionou as perspectivas de que o Banco Central Europeu (BCE) poderá ser mais cauteloso nas futuras reuniões. Já o índice de gastos com consumo (PCE, na sigla em inglês) nos Estados Unidos veio em linha com o esperado.

O índice DXY, que mede a moeda americana ante seis rivais fortes, encerrou em baixa de 0,04%, a 104,671 pontos. Por volta das 17h (de Brasília), o dólar subia a 157,31 ienes, o euro avançava a US$ 1,0850, e a libra tinha alta a US$ 1,2745.

A inflação ao consumidor da zona do euro subiu 2,6% em abril, na comparação anual, na preliminar de maio, quando analistas esperavam ganho de 2,5%. Para a Oxford Economics, ainda assim o corte de juros de 25 pontos-base na próxima semana é algo certo, com incerteza sobre os próximos passos do BCE.

Para o dirigente do BCE, não foi um desvio significativo, e ainda deverá permitir o banco começar a cortar as taxas. "Temos hoje alguma confiança de que a inflação está convergindo para os 2% e isso vai permitir-nos alterar o ciclo da política monetária, permitindo-nos transmitir mais confiança à economia", disse.

As apostas em um relaxamento monetário mais veloz nos Estados Unidos em 2024 cresceram marginalmente, após o núcleo do PCE do país subir menos que o esperado na variação mensal de abril, e todas as demais leituras do indicador de inflação avançarem em linha com o esperado. Oscilante nas últimas semanas, a aposta em um corte de juros pelo Federal Reserve (Fed) até setembro voltou a ultrapassar 50% como estava ontem. Mas o movimento é leve e deixa a perspectiva para esse mês ainda incerta. A probabilidade de o Fed baixar taxas até setembro subiu para 50,4% depois dos dados, contra 48,7% antes dos indicadores.

IstoéDinheiro

Publicidade Legal

Indústria Química Kimberlit Ltda.

CNPJ/ME nº 61.167.060/0001-98 – NIRE 35.208.801.226

Edital de Convocação para Assembleia Geral dos Titulares de Notas Comerciais Escriturais da 1ª (primeira) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Indústria Química Kimberlit Ltda.

A **Indústria Química Kimberlit Ltda**. ("Emitente"), convoca os titulares das notas comerciais ("Titulares de Notas Comerciais"), emitidas no âmbito da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Indústria Química Kimberlit Ltda. ("Notas Comerciais" e "Emissão", respectivamente), a reunirem-se em Assembleia Geral, nos termos da Cláusula 10.1. do "*Termo da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Indústria Química Kimberlit Ltda*." datado de 23 de março de 2022, conforme aditado ("Termo de Emissão"), celebrado entre a Emitente e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Agente Fiduciário"), a ser realizada de **forma exclusivamente digital**, através do sistema eletrônico ***Google Meet***, com o *link* de acesso a ser encaminhado pela Emitente aos Titulares de Notas Comerciais habilitados, em primeira convocação, com possibilidade de voto via Instrução de Voto, no dia **18 de junho, às 11:00 horas**, nos termos da Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), sendo considerada como realizada na sede da Emitente, na cidade do Olímpia/SP, na Rodovia Assis Chateaubriand, CEP: 15409-899, e tendo como objeto a seguinte Ordem do Dia: **(i)** Aprovação para a concessão de *waiver* e consequentemente a não declaração de vencimento antecipado não automático da Emissão, em decorrência do descumprimento, pela Emitente, dos Índices Financeiros previstos na cláusula 5.2.1 item (xviii) do Termo de Emissão, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; **(ii)** Aprovação para alteração dos critérios dos Índices Financeiros, previstos na cláusula 5.2.1 (xviii) item (a) do Termo de Emissão, sendo certo que, em caso de aprovação, serão apurados os índices financeiros consolidados do grupo utilizando dados das empresas Industria Química Kimberlit Ltda, Bionat Soluções Biológicas Ltda. e Loyder Industria de Aditivos e Fertilizantes Ltda, conforme abaixo: a. **2024**: Dívida Líquida/EBITDA > 3,50x; b. **2025**: Dívida Líquida/EBITDA > 3,50x; c. **2026**: Dívida Líquida/EBITDA > 3,00x; d. **2027**: Dívida Líquida/EBITDA > 2,80x. **(iii)** Aprovação para que, excepcionalmente, caso a Emitente não mantenha os índices financeiros na forma estabelecida nos subitens (a) e (b) abaixo, seja previsto o limite de distribuição de Dividendos, Juros sobre Capital Próprio ou Mútuo da Emitente em valor de até R$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais) corrigidos a IPCA ("Índice Financeiro Dividendos"); a. **2024:** Dívida Líquida/EBITDA > 2,50x; b. **2025 e 2026**: Dívida Líquida/EBITDA > 2,00x. **(iv)** Aprovação para inclusão do item (xxv) na cláusula 7.1. do Termo de Emissão com a finalidade de prever a obrigação de apuração dos Índices Financeiros de forma trimestral, de modo que, em caso de aprovação, o referido o item passará a vigorar com a seguinte redação: *"(xxv) Realizar a apuração dos Índices Financeiros de forma trimestral pela Emitente com a validação do Agente Fiduciário, sem que eventual desenquadramento dos indicadores acima configure um Evento de Vencimento Antecipado;"* **(v)** Aprovar a inclusão do item (xxvi) na cláusula 7.1. do Termo de Emissão, para que a auditoria seja realizada por uma das seguintes empresas a partir do exercício de 2025: KPMG, Ernst Young, Delloite, PricewaterhouseCoopers (PwC), Grant Thorton, ou BDO, de modo que, em caso de aprovação, o referido item passará a vigorar com a seguinte redação: *"(xxvi) Submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, a auditor registrado na CVM, a ser realizada por uma das seguintes empresas: KPMG, Ernst Young, Delloite, PricewaterhouseCoopers (PwC), Grant Thorton, ou BDO a partir do exercício de 2025."* **(vi)** Aprovar a inclusão de uma nova garantia de penhor de estoque de insumos ("Contrato de Penhor de Estoque de Insumos") que compreende macro nutrientes granulados do complexo NPK, micro e macro nutrientes e sais minerais em razão mínima de 20% (vinte por cento), no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias contados da eventual aprovação em Assembleia; **(vii)** Autorização à Emitente e ao Agente Fiduciário para a prática de todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das deliberações referentes às matérias indicadas nesta ordem do dia, incluindo, mas não se limitando à celebração do 2º Aditamento ao Termo de Emissão e do Contrato de Penhor de Estoque de Insumos, no prazo de 60 dias contados da realização da Assembleia. A Assembleia será realizada de forma digital através do sistema eletrônico ***Google Meet***, com *link* de acesso a ser disponibilizado pela Emitente àqueles Titulares de Notas Comerciais que enviarem para o endereço eletrônico ri@essere.group e para assembleias@pentagonotrustee.com.br, preferencialmente, em até 2 (dois) dias antes da data de realização da Assembleia, na forma da Resolução CVM 81, os seguintes documentos: **(i)** Pessoa física: documento de identidade válido com foto dos Titulares de Notas Comerciais (Carteira de Identidade Registro Geral (RG), a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); **(ii)** Pessoa jurídica: (a) último estatuto social ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos societários que comprovem a representação legal dos Titulares de Notas Comerciais; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal; **(iii)** Fundo de investimento: (a) último regulamento consolidado do fundo; (b) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal. **(iv)** Caso qualquer um dos Titulares de Notas Comerciais indicados nos itens (i) a (iii) acima venha a ser representado por procurador, além dos respectivos documentos indicados acima, deverá encaminhar procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia. A Emitente permanece à disposição para prestar esclarecimentos aos Titulares de Notas Comerciais no que diz respeito a presente convocação e da Assembleia. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos documentos da operação. **Olímpia, 03 de junho de 2024. Indústria Química Kimberlit Ltda.** (03, 04 e 05/06/2024)

PAULO ANDREOLI & PARTNERS LTDA.

CNPJ/MF nº 71.909.774/0001-88 - NIRE 35.211.714.720

Ata de Reunião dos Sócios Quotistas Realizada em 09/05/2024

Data, Hora e Local: 09/05/2024, às 11:00h, na sede social, localizada na Álvaro Rodrigues, nº 182, 10º andar, Cj 102, Brooklin, São Paulo/SP. **Presença:** Quotistas representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Paulo de Queiroz Andreoli, Secretária: Cláudia Cardo Andreoli. **Convocação:** Dispensada a convocação, em vista da presença da totalidade dos quotistas, conforme disposto no artigo 1.072, §2º do Código Civil. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a redução do capital social. **Deliberações:** Prestados os esclarecimentos necessários, foi aprovada por unanimidade a redução do capital social, o qual foi julgado excessivo ao objeto da sociedade pela totalidade dos quotistas presentes à Reunião, nos termos do disposto no artigo 1.082, II, do Código Civil, o qual é reduzido de R$ 8.210.670,22 para R$ 1.600.000,00, mediante a restituição do referido valor aos quotistas e o consequente cancelamento de 661.067.022 quotas representativas do capital social, no valor de R$ 0,01 cada. **Suspensão dos Trabalhos e Lavratura da Ata:** A ata foi lavrada, lida, aprovada e assinada pelos sócios quotistas presentes. São Paulo, 09 de maio de 2024. **Mesa:** Presidente - Paulo de Queiroz Andreoli, Secretária - Cláudia Cardo Andreoli. **Sócios quotistas:** Paulo de Queiroz Andreoli, Cláudia Cardo Andreoli, Ana Paula de Queiroz Andreoli, Thais Cresoni de Queiroz Andreoli, Aline de Queiroz Andreoli Laranjeira e Clélia de Pasquale Cardo p.p. Cláudia Cardo Andreoli.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

CNPJ/MF nº 09.074.183/0001-64 - NIRE 35.300.346.238 - (Companhia Aberta)

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 18/04/2024

1. Data, Local e Hora: Aos 18/04/2024, às 10hs, na sede social da Companhia. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença de todos os membros do Conselho de Administração da Companhia. **3. Mesa:** Carlo Alberto Bottarelli - Presidente; Larissa Mardegan Ribeiro de Souza para secretariá-lo. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre o processo de contratação de empresa para a realização dos serviços de monitoração ao longo da Rodovia BR-153/SP, sendo eles: a) monitoração da faixa de domínio, acessos e ocupações, conforme tomada de preços/termo de referência ("TRS") nº 02/2024, b) monitoração dos sistemas de energia e iluminação, conforme TRS nº 03/2024, c) monitoração, inspeções rotineiras, das Edificações e Instalações Operacionais existentes ao longo de toda Rodovia, conforme TRS nº 04/2024, d) monitoração dos elementos de proteção e segurança – EPS, conforme TRS nº 05/2024, e) monitoração do Sistema de Drenagem e Obras de Arte Correntes (OAC's), conforme TRS nº 06/2024, f) monitoração das Obras-de-arte-especiais, inspeções rotineiras de todas as OAE's, conforme TRS nº 07/2024 e, g) monitoramento permanente do desempenho e das condições e necessidades dos terraplenos e estruturas de contenção, conforme TRS nº 08/2024, em que foi selecionada a **Egati Engenharia, Tecnologia e Negócios Ltda.. 5. Deliberações: 5.1.** Aprovar a contratação da empresa **Egati Engenharia, Tecnologia e Negócios Ltda.**, para a realização dos serviços de monitoração ao longo de toda a Rodovia BR-153/SP: **(a)** monitoração da faixa de domínio, acessos e ocupações, **(b)** monitoração dos sistemas de energia e iluminação, **(c)** monitoração, inspeções rotineiras, das Edificações e Instalações Operacionais existentes, **(d)** monitoração dos elementos de proteção e segurança – EPS, **(e)** monitoração do Sistema de Drenagem e Obras de Arte Correntes (OAC's), **(f)** monitoração das Obras-de-arte-especiais, inspeções rotineiras de todas as OAE's, e **(g)** monitoramento permanente do desempenho e das condições e necessidades dos terraplenos e estruturas de contenção, tendo em vista que atende os critérios técnicos e apresentou a proposta de menor preço: valor total de **R$ 1.200.000,00,** a serem pagos conforme medições mensais. **5.2.** Os membros do Conselho de Administração aprovaram ainda que a Secretária da Reunião rubrique todos os documentos de suporte anexos à presente. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar. Lins, 18/04/2024. Jucesp nº 204.054/24-2 em 21/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Companhia de Serviço de Água, Esgoto e Resíduos de Guaratinguetá - SAEG

CNPJ: 09.134.807/0001-91 - NIRE: 35 500 759561 - **Ata da Assembleia Geral Ordinária**

Endereço: Rua Xavantes, n° 1.880, Jardim Aeroporto - Guaratinguetá-SP

Aos 12/04/2024, às 10hs, reuniram-se de forma hibrida os membros da Assembleia Geral da Companhia de Serviço de Água, Esgoto e Resíduos de Guaratinguetá, no Município de Guaratinguetá, Estado de São Paulo, na Rua Xavantes, 1.880, Jardim Aeroporto. **Convocação:** Dispensada. **Presenças:** Presente a totalidade do Capital Social. **Ordem do Dia: a)** análises e aprovação das demonstrações financeiras do exercício de 2023; **b)** destinação do resultado do exercício. **Iniciados a)** o senhor Miguel Sampaio Júnior, presidente da Companhia, fez explanação sobre a situação atual da companhia e apresentou o balanço patrimonial e as demonstrações financeiras do exercício de 2023 e, após as necessárias discussões das contas apresentadas, com base no parecer do conselho fiscal de 10/04/2024, bem como no parecer dos auditores independentes, foram aprovadas por unanimidade pelos membros da assembleia; **b)** aprovada, pela unanimidade dos presentes, a destinação para reservas conforme legislação e estatuto da Companhia, o resultado do exercício social encerrado em 31/12/2023, cujo lucro líquido foi de R$ 6.342.458,28, não havendo a distribuição de lucro conforme disposição estatutária;. **Encerramento e Assinatura da Ata:** Nada mais, havendo a tratar. Guaratinguetá, 12/04/2024. Jucesp nº 210.917/24-6 em 24/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

DDB Brazil Holdco Ltda.

CNPJ/MF nº 18.074.993/0001-01 – NIRE 35.230.679.225

Resolução da Única Sócia

Pelo presente instrumento particular: **Omnicom Brasil Serviços Ltda.**, CNPJ/MF nº 14.417.411/0001-91 e NIRE 35.225.930.730, neste ato representada por seu Diretor, Sr. **Roberto Mazzoni Hermann**, RG nº 19.626.844-8 SSP/SP, CPF/MF nº 126.077.578-00, única sócia da Sociedade, com sede na Rua Tabapuã, 41, 11º andar, unidade 111, Edifício "A", parte 4, Itaim Bibi, São Paulo-SP, resolve, neste ato: **1.** Nos termos do artigo 1.082, inciso II da Lei nº 10.406/02, por considerar que o capital social é excessivo ao objeto da Sociedade, aprovar a redução do capital social da Sociedade, com restituição à sócia, atualmente de R$ 305.228.166,00 para R$ 303.416.897,00, uma redução, portanto, de até R$ 1.811.269,00, a ser realizada mediante o cancelamento de quotas em quantidade correspondente ao valor da redução do capital social. **2.** A redução do capital social ora aprovada será efetivada mediante o arquivamento da presente ata na JUCESP, após decorrido, sem impugnação, o prazo de 90 dias contados da publicação desta ata, nos termos do artigo 1.084, § 1 da Lei nº 10.406/02 e o arquivamento perante a JUCESP do Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social da Sociedade que deliberar sobre a redução do capital social. **3.** Autorizar a administração da Sociedade a praticar todos os atos necessários à efetivação da redução do capital social da Sociedade, de acordo com a legislação aplicável. São Paulo, 02/05/2024. **Omnicom Brasil Serviços Ltda.** p. Roberto Mazzoni Hermann.

Criptomoedas: bitcoin cai em meio à pressão de techs em Wall Street, apesar de PCE contido

As principais criptomoedas do mundo recuaram sexta, 31, em meio à forte pressão que penaliza ações de tecnologia em Nova York, apesar da inflação PCE em linha com o esperado pelo mercado.

Pouco depois das 16h30 (de Brasília), o bitcoin caía 2,36%, a US$ 67.410,32, e o ethereum baixava 0,11%, a US$ 3.781,22, de acordo com cotação da Binance.

O índice de preços de gastos com consumo (PCE, na sigla em inglês) dos EUA, métrica inflacionária preferida do Federal Reserve (Fed), subiu à taxa anualizada de 2,7% em abril. O indicador cumpriu a expectativa de analistas consultados pelo FactSet e ajudou a consolidar a aposta majoritária de que o ciclo de relaxamento monetário começará em setembro.

Apesar disso, os papéis do setor tecnologia tiveram um segundo dia consecutivo de desvalorização firme em Wall Street, na esteira de balanços corporativos negativos. O ambiente tende a reduzir a demanda por ativos de risco, principalmente no universo cripto.

Há ainda certa decepção com a recepção fraca ao primeiro sinal verde recebido pelos ETFs (fundos negociados em bolsa) de ether nos EUA. "Acreditamos que a demanda por ETFs de ethereum à vista será uma fração daquela observada para ETFs de bitcoin à vista", escreveu o analista Nikolaos Panigirtzoglou, do JPMorgan. "Esperamos que os novos ETFs de ethereum à vista atraiam modestos US$ 1 bilhão a US$ 3 bilhões ou mais de entradas líquidas para o restante de ano", acrecentou. IstoéDinheiro

Petróleo fecha em baixa, pressionado por indicadores de atividade, e antes de reunião da Opep+

Os contratos futuros de petróleo fecharam em baixa nesta sexta-feira, 31, pressionados por indicações sobre desaceleração da atividade em importantes economias, especialmente na China. O movimento ocorre antes da reunião da Organização dos Países Exportadores de Petróleo e aliados (Opep+), que ocorre no domingo, e que é antecipada com um evento importante para definir a oferta da commodity dentro dos próximos meses.

O WTI para julho fechou em baixa de julho fecha em queda de 1,18% (US$ 0,92), a US$ 76,99 o barril, na New York Mercantile Exchange (Nymex). O Brent para agosto recuou 0,94% (US$ 0,77), a US$ 81,11 o barril. No mês, as cotações caíram cerca de 6%.



O índice de gerentes de compras (PMI, na sigla em inglês) industrial da China recuou de 50,4 em abril para 49,5 em maio, informou há pouco o Escritório Nacional de Estatísticas do país (NBS, na sigla em inglês). O resultado veio abaixo da expectativa dos analistas ouvidos pela FactSet, de estabilidade em 50,4. O indicador abaixo de 50 pontos aponta que a atividade econômica da China agora está em contração. Pelo lado da oferta, o número de poços e plataformas de petróleo em atividade nos Estados Unidos caiu de 497 para 496 na semana mais recente, informou hoje a Baker Hughes, companhia que presta serviços no setor.

Segundo a Commerzbank, como a reunião da Opep+ decorrerá apenas online, a maioria dos participantes no mercado assume que os cortes voluntários de produção serão prorrogados por pelo menos três meses. Além disso, alguns dos cortes já em vigor até ao final do ano poderão ser prolongados até ao próximo ano. Se os novos inquéritos à produção da Opep confirmarem que o Iraque cortou efetivamente a sua produção em maio, conforme anunciado, a oferta mundial deverá aumentar apenas ligeiramente no terceiro trimestre, apesar de um aumento na produção por países não-OPEP+, afirma o banco. Além disso, se os indicadores de sentimento nos maiores países consumidores, os EUA e a China, melhorarem, isso seria a favor da recuperação da demanda mundial de petróleo.

IstoéDinheiro

DHL Supply Chain turbina operação no Brasil com parcerias e melhoria logística



A linha de negócio Supply Chain da DHL fechou em maio um contrato para entrega de 6 toneladas de carga, que foi movimentada internamente no Brasil. Com pouco espaço nos aviões, o montante foi dividido em seis voos, de companhias aéreas diferentes e, consequentemente, em dias e horários alternados. Demorou um dia apenas para negociar os espaços nas aeronaves. Teve ainda negociação com o cliente para retirada da carga de maneira fracionada no local de saída e, posteriormente, organização de todo o processo de recebimento e armazenamento do material no destino, além do alinhamento da entrega ao destinatário. Foi uma operação de quatro dias entre a retirada no ponto A e entrega no ponto B. Gerou uma ruptura na expectativa do cliente, custos mais altos, ineficiência de processo e maior emissão de CO_2. É um exemplo que mostra a dificuldade da atividade logística no País, que tem um de seus principais fatores a falta de capacidade do modal aéreo brasileiro.

Para avançar na solução dessa dor, a DHL, companhia, líder global em armazenagem e distribuição, fez uma parceria com a Levu Air Cargo, companhia aérea cargueira nacional.

• O investimento total é de R$ 1,01 bilhão, sendo R$ 480 milhões da DHL e R$ 530 milhões da Levu.

• Serão quatro aviões que entrarão em operação gradativamente até 2026, o primeiro deles em operação agora, um A321, com capacidade para 27 toneladas.

• Se aquele contrato para entrega das 6 toneladas fosse fechado hoje, a carga seria imediatamente embarcada e a entrega feita em 24 horas.

Vice-presidente de Transportes da DHL Supply Chain, Solon Barrios deposita grande expectativa nessa iniciativa. “Estimamos crescer pelo menos 12% ao ano com esse projeto. É um passo importante e extremamente necessário para o mercado de carga aérea no Brasil”, disse o executivo, sobre o negócio que está sendo desenhado há dois anos.

As outras três aeronaves Airbus — mais um A321 e dois A330, com capacidade para 59 toneladas — serão colocadas na pista por etapas.

IstoéDinheiro

Cerradinho Bioenergia investirá R$ 189 mi para produzir 540 mil t de açúcar VHP

A Cerradinho Bioenergia anunciou, em nota, investimento de R$ 189 milhões para expandir sua fábrica de açúcar VHP (Very High Polarization) e ampliar a capacidade produtiva para 540 mil toneladas anuais. O valor será destinado à implementação da segunda fase da planta, localizada em Chapadão do Céu (GO), e acrescentará uma capacidade de produção de 20 mil sacos de 50 kg de açúcar VHP por dia, equivalente a mil toneladas diárias.

O investimento é realizado com a intenção de ampliar o mix de moagem de cana para a produção de açúcar, hoje com preços mais vantajosos aos fabricantes.

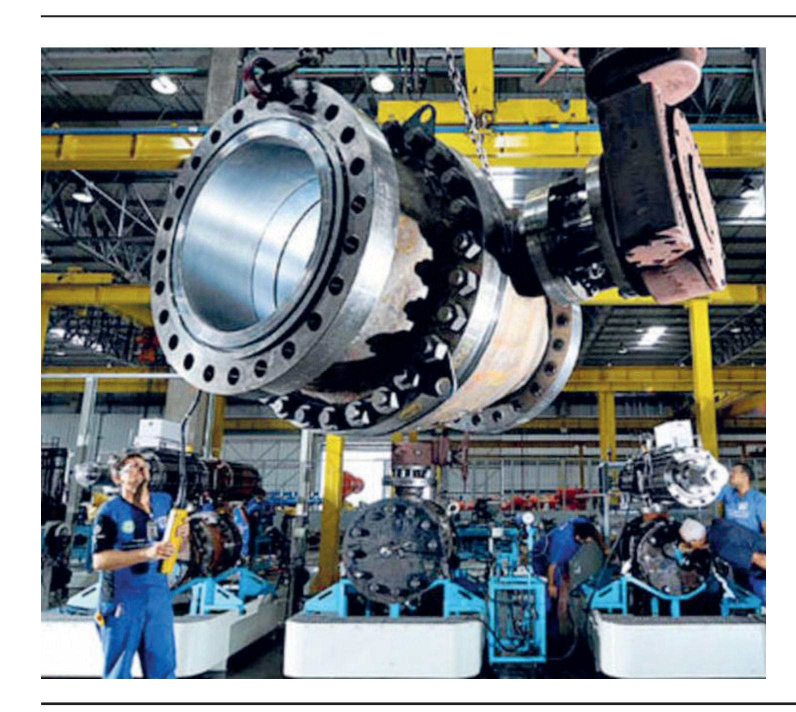
“Aproveitamos um cenário favorável de preços de açúcar para dar mais competitividade ao negócio, adicionando flexibilidade à nossa operação de cana-de-açúcar, que poderá ter um mix entre 70% açúcar/30% etanol e 0%/100% de etanol, uma posição diferenciada no nosso setor”, disse, na nota, o CEO da Cerradinho Bioenergia, Renato Pretti.

A primeira fase da fábrica de açúcar da Cerradinho Bioenergia está em fase de conclusão, enquanto a segunda etapa está prevista para começar suas operações na primeira metade da safra 2025/26.

IstoéDinheiro



Lupatech prorroga contratos de fornecimento de válvulas para a Petrobras



A Lupatech (LUPA3) anunciou na sexta-feira (31) que firmou aditivos de contratos para fornecer válvulas esfera fire-safe, válvulas esfera com vedação resiliente e válvula de controle tipo esfera para a Petrobras (PETR4).

Dessa forma, os contratos que venceriam em junho deste ano são prorrogados de forma definitiva por 365 dias, com volumes maiores.

Em fato relevante enviado pela Lupatech (LUPA3) à CVM, a companhia afirma que em razão dos aditivos firmados e de acordo com o saldo dos contratos em questão, terá a possibilidade de fornecer até R$ 77,2 milhões à Petrobras (PETR4). Isso, considerando que os contratos não possuem obrigação de compra pela petroleira.

Acionistas da Petrobras (PETR4) exigem assembleia para analisar indicação de Magda Chambriard, diz coluna

De acordo com a coluna da jornalista Malu Gaspar no jornal O Globo, representantes de acionistas minoritários da Petrobras (PETR4) ingressaram, na noite da última quinta-feira (30), com pedidos para que seja convocada uma assembleia extraordinária, a fim de analisar a indicação de Magda Chambriard para a presidência da empresa.

Tal assembleia seria convocada, em primeiro lugar, para eleger um novo conselho para a estatal. No entanto, de acordo com a coluna, o objetivo dos acionistas, que juntos detém cerca de 5% da companhia, é constranger o governo Lula a submeter o nome de Magda Chambriard ao escrutínio de uma assembleia da qual participariam todos os acionistas.

Suno